

A FRONTEIRA DA COLONIZAÇÃO É UM PROJETO DE HOMENS EXECUTADO EM CORPOS FEMININOS

THE COLONIZATION BORDER IS MADE FOR MEN, BUT EXECUTED IN WOMEN'S BODIES

Rosane Duarte Rosa Seluchinesk
UNEMAT
Adriano Batista Castorino
UFT

Resumo: A ocupação da Amazônia Matogrossense é palco para história de mulheres que vivem, assim como a natureza, num processo de contínua degradação. Além desse traço de exploração continuada, a vida destas mulheres é marcada pelas violências contínuas e sacramentadas pelo poder institucionalizado, exercido pelos homens, que tem nas suas ações a cumplicidade via silenciamento de toda a sociedade. A metodologia desse trabalho foi baseada em conversas, revisão de conceitos e escrita de histórias de vida. Os relatos obtidos dão conta de que a violação da natureza e, por conseguinte, das mulheres são veladas ou escamoteadas por um silêncio, que no modelo de ocupação dessas paragens é quase um mantra. O silêncio é uma conduta moral imposta como código de vivência socialmente aceito. Diante deste contexto é possível concluir que o poder atribuído aos homens, aliado ao silêncio das mulheres tem sido a estratégia que permite a continuidade deste processo.

Palavras-chave: Violências contínuas, degradação da mulher, silenciamentos.

Abstract: The occupation of Amazon Matogrossense is place to the history of women living, and the nature, in a process of degradation continues. Beyond of that line of continuous exploration, these women's life is marked by the continuous violence and legalized by the institutionalized power, exercised by the men, that has in their actions the complicity through silencing of the whole society. The methodology of that work was based on conversations, revision of concepts and writing of you recount of life. The obtained reports give bill that the violation of nature and therefore women are veiled or disguised the silence, that the occupation of these model is almost a mantra. The silence is moral conducts imposed as existence code socially accept. Before this context it is possible to conclude that the power attributed to the men, ally to the women's silence has been the strategy that allows the continuity of this process.

Key-words: Violence continues, women's degradation, silencings.

Introdução

A ocupação da Amazônia Matogrossense é palco para a história de mulheres indígenas, negras e brancas que vivem, assim como a natureza, num processo de contínua degradação. Além desse traço de exploração continuada, as violências são sistematicamente silenciadas pelo acentuado poder institucionalizado dos exploradores, que se constituem necessariamente de homens, em sua maioria de brancos. Por isso, a violação da natureza e, por conseguinte, das mulheres são veladas ou escamoteadas pelo silêncio, que no modelo de ocupação dessas paragens é quase um mantra. O silêncio é uma conduta moral que é imposta à continuidade como um código de vivência socialmente aceito.

É importante ressaltar aqui que a Amazônia Matogrossense faz parte do projeto de integração nacional – PIN, um projeto concebido justamente quando havia no Brasil uma ditadura militar que dentre as atrocidades costumeiras estava a suspensão dos direitos constitucionais. Nesse escopo de autoritarismo constava a premissa de vazío humano na Amazônia, o que justificou o objetivo de construção de grandes rodovias para garantir a soberania do estado em relação às terras da Amazônia. A ocupação desse espaço foi defendida pelo governo militar brasileiro como estratégia para resolução de dois problemas sociais: a seca no nordeste e os conflitos pela posse da terra nas regiões sul e sudeste do país.

Nesse processo, o primeiro massacre foi o dos povos indígenas, que já ocupavam este espaço desde tempos imemoriais. Os indígenas foram mortos ou expulsos para que o projeto, estabelecido pela política de ocupação exercesse a sua função de tornar a região um lugar civilizado, com a presença de pessoas que conduzissem o desenvolvimento econômico da região. Essas ações

estão referenciadas pela premissa de vazios humanos e natureza como espaço intocado, por isso, fonte de riqueza a ser explorada. Esse ideal, autoritário e violento, acentuou o imaginário de que a natureza está disponível para ser dominada pelo capital. O segundo ato ocorre quando é dado ao governo de Mato Grosso a incumbência de viabilizar as ações de ocupação. Para isso o estado incumbiu à Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT) e ao Instituto Nacional de Reforma Agrária no Mato Grosso (INCRA/MT), a função de promover e organizar a ocupação das terras devolutas estaduais. Assim a região da Amazônia Matogrossense que é parte da Amazônia Meridional, conhecida também como o “arco do desmatamento”, contribuiu significativamente para o avanço da ocupação territorial provocando altos índices de desmatamento gerando pesados impactos tanto ambientais como sociais. (FEARNSIDE, 2006; MICHALSKI et al, 2010).

Com o apoio do poder militar que ocupava o governo à época, da iniciativa privada e da mídia logo este processo passa a ser visto como um sucesso, pois ratificava a meta desenvolvimentista que se apoiava no discurso de ocupar os vazios e por isso mesmo civilizar esses espaços. Essa construção discursiva, conforme Becker (2005) se apóia no entendimento de que a região era apenas uma floresta, agora se tornou um pólo de matéria prima e produtos rentáveis.

Entretanto este modelo de ocupação predatória gerou problemas socioambientais, tanto para a natureza quanto para as pessoas que nela vivem, e assim conforme Vieira (2001) o sucesso começa a ser questionável. Como a ocupação foi feita de maneira tão autoritária não se conheceu a fragilidade do bioma e nem dos ciclos naturais, isso levou a uma rápida escassez de recursos. Após pouco mais de 20 anos de ocupação desenfreada, vieram os problemas. A tensão aumenta quando ocorre o fracasso econômico apontado por dois fatores: a escassez de recursos naturais e principalmente a exploração dos trabalhadores com a identificação de empreendimentos que fazem uso de trabalho escravo. Dentro desta tensão surge, mas recentemente, outro ideário que joga a região da Amazônia Matogrossense num novo dilema: a conservação ambiental. Mas é a crença na ideia de garantir áreas de proteção integral que vai mover o governo para definir espaços intocáveis, como atesta Diegues (1992) ao afirmar que o ideário da preservação no Brasil está baseado na premissa de que seja possível manter um local em seu estagio natural como as zonas intangíveis das unidades de proteção integral.

Ainda que os processos de ocupação sofram revés das demandas ambientais, as saídas para continuar os domínios da natureza permanecem. Segundo Becker (2001) o motor da ocupação se refaz e continua um processo que é levado pelos homens, erguido pelos homens, protagonizado pelos homens. Todavia, há um dado não oficializado nas estatísticas que é a presença das mulheres nessas empreitadas. Mas esse componente é silenciado e negado pela história oficial. Presentes no contexto da ocupação que sempre figurou como um projeto de homens trabalhadores, as mulheres aparecem como coadjuvantes. Nas últimas duas décadas as mulheres têm ocupado cargos políticos, administrativos, judiciários e empresariais, todavia a maior parte delas continua exercendo um papel secundário, cujas funções básicas são: donas de casa, professoras, artesãs, vendedoras e prostitutas. Esta função está definida para todas as mulheres independente da etnia, religião ou condição social e decorre de um estigma que é próprio da cultura ocidental, que segundo Santos (2011) considera a mulher um ser mais fragilizado e incapacitado para assumir a direção de outras instituições.

Portanto, independente da função, o que se observa neste contexto é que o tratamento dado às mulheres é o mesmo em quaisquer das condições. Mesmo que existam agrupamentos sociais distintos, como se vê na política de ocupação aqui elencada, a norma vigente é o domínio da subjetividade feminina. As regras de pertencimento são quase unânimes, de modo que nessas empreitadas colonialistas a predação da natureza em si também se aplica a predação do corpo, da alma e da subjetividade feminina. Por isso, nessas caravanas as mulheres nelas trazidas eram propriedade do pai que as trazia na bagagem ou do marido que nelas impunham as tarefas domésticas e o controle moral. Então, desbravar a natureza, conforme a propaganda apregoada nesse ideal era também uma tarefa a ser feita desde o controle das mulheres. E é exatamente nas mulheres que essas ações deixam as suas piores consequências.

Partindo desse pequeno preâmbulo, a proposta aqui é dar voz a essas mulheres para que elas possam contar e analisar as suas próprias histórias de vida. No relato de suas histórias, de intimidades e violências silenciadas, talvez elas possam ir trazendo a baila os fatos que vivenciaram

nesse na história da ocupação da Amazônia Matogrossense. Talvez elas possam falar de suas percepções e com isso compreendam que ao permitir a entrega dos seus corpos e a ocultação das suas vidas contribuem para que prevaleça sempre o sucesso dos homens. Está claro que não existe uma submissão assim tão totalizante, todavia o poder instituído pelos homens é tão duro que mesmo que se levantem sempre há uma forma de colocar a mulher como figura submissa. Freire (2005), diria que são as oprimidas as que precisam, necessariamente, se levantar contra a opressão.

É por isso que é possível afirmar que as diferentes formas pelas quais as mulheres vivenciaram esse processo, trazem em si, muito do modo pelo qual construíram as suas percepções e representações sociais e ambientais deste espaço. As representações sociais estão pautadas em teorias sobre o poder da realidade social e a atuação dos sujeitos sociais, e por ser um elo, entre a realidade e o pensamento, são capazes de estabelecer conexões entre a vida abstrata e a vida concreta do cotidiano. É nesse sentido que se ver como mulher é também se perceber como quem não tem a agência de decidir o próprio destino. Sendo assim, o estudo das representações sociais pode ser utilizado para tentar compreender não somente o que as mulheres pensam desse processo de colonização, mas também como e porque o pensam dessa ou de outra forma. Moscovici (1978) destaca ainda que a representação social tem um papel fundamental na formação de condutas. É ela que modela o comportamento e justifica a sua expressão. Nesse sentido a representação social é uma preparação para a ação, tanto para conduzir o comportamento, como para modificar e reconstruir os elementos. Assim, o estudo da cultura que forma e que determina que estas pessoas sejam entendidas como mulheres é um dos elementos a ser considerado neste processo de investigação, já que ao conhecer a cultura e as várias iniciativas culturais presente neste espaço pode contribuir na elucidação das questões referentes à sua atuação neste processo. “A noção de prática como inseparável da de representação. A prática constitui as representações em ação, captadas nas condutas do cotidiano ou no ordenamento dos rituais sociais” (CHARTIER, 2000, p. 8).

Para os homens que pensaram os projetos, estes não apareciam apenas como possibilidade de realização de um sonho, mas também para a satisfação de algo muito concreto que era a posse da terra e de tudo que eles podiam colocar nesta terra. É o sentimento de poder construído pela propriedade documentada, socialmente aceita e legitimada pela posse e uso. É também a ideia de ter a garantia de um futuro promissor para si e para os filhos conquistando e dominando a natureza para extrair dela suas riquezas. Já para as mulheres, está presumido que viver neste espaço era acatar os sonhos dos pais, esposos e patrões, ainda que estas em seus segredos também ousassem ter seus próprios sonhos. Mas raramente dispunham da agência de poder decidir livremente seus próprios caminhos.

A relação entre homens e mulheres neste contexto é traduzida por uma regra de dependência física e emocional, estabelecidas pelo costume segundo o qual os homens consideravam as mulheres como sendo sua propriedade, podendo dispor da vida delas como bem queriam. Nestas paragens sempre imperou as narrativas de honra, por isso não foram raros os casos de mulheres que foram mortas para lavar a honra, como se diz costumeiramente, sendo, todavia, o homicida inocentado nos tribunais. De outro lado, algumas mulheres também ousaram estabelecer suas metas de partilhar do sucesso da colonização e assim encontraram estratégias para subverter a ordem como, por exemplo, a busca por qualificação profissional.

A subalternidade da mulher, não significa ausência absoluta de poder. Em todas as sociedades conhecidas as mulheres detêm parcelas de poder. As mulheres não sobrevivem graças exclusivamente aos poderes reconhecidamente femininos, mas á luta que trava com os homens. (CONCEIÇÃO, 2009, p.745).

Num engajamento para reivindicar direitos elementares, as mulheres também se punham a subverter, mesmo que em pequenas escalas a ordem vigente. Na luta por seus objetivos cada um se armava e posicionava de acordo com a situação, seja esta de conflitos ou de acordos. Essa relação é explicada pela teoria de Buber (2004) sobre as relações Eu-tu, Eu-isso como sendo duas palavra/princípio sobre as quais se fundam duas possibilidades do homem realizar sua existência. A palavra

Eu-Tu é o esteio para a vida dialógica, e Eu-Isso instaura o mundo do Isso, o lugar e o suporte da experiência, do conhecimento, da utilização.

Esse esquema de Buber (2004) é ilustrativo para entender a relação entre homens e mulheres que promove as suas interações em determinado ambiente passam pelo sentido destas duas palavras-princípio, no entanto a forma como isso ocorre, ainda é um horizonte a ser explorado. Isso porque nem mesmo as mulheres que vivenciaram este processo têm clareza da sua condição de corpo explorado, ou de papel secundário diante da realização da ocupação. Conforme Beauvoir (1970) isso decorre do fato de que as mulheres, não se colocando como Sujeito, também não tem mitos que refletissem seus projetos; elas não possuem nem religião nem poesia que lhes pertençam exclusivamente; é ainda através dos sonhos dos homens que elas sonham. São os deuses fabricados pelos homens que elas adoram. Além de adorarem os deuses dos homens, somente são autorizadas a ter como mestres nessa adoração os próprios homens, que, com explicitado até aqui, são ao mesmo tempo seus protetores e seus algozes, seus donos e seus senhores.

Saber dessas contradições, no entanto, não faz das mulheres seres livres. Porque entre a necessária ação em função de si mesma há a ambiguidade segunda a qual ela aprendeu a ser gente, a se ver no mundo. Por isso, mesmo quando adquirem esta informação por meio de sólida formação acadêmica, como é o caso de algumas mulheres inseridas nesse contexto, muitas vezes permanecem na mesma condição de opressão contínua, de silêncio assumido, de obediência aos senhores da casa (quer sejam pais ou esposos). Isso acontece por não saberem o que fazer de suas vidas, uma vida que se deu sob as agruras dessa relação de predação, ou por terem medo de romper os laços familiares no qual ela se reconhece como importante, enfim não querem abrir mão dos parques privilégios que a figura do homem possui e que esta compartilha a um dado preço: a liberdade. Diante deste pressuposto podemos dizer que as relações podem então ser negociadas, e deixam de ser consideradas como um fenômeno particular de uma pessoa para ser uma representação coletiva, independente da sua profissão ou condição financeira, identidade ou origem.

Nesse contexto surge à necessidade de buscar caminhos que possam auxiliar na compreensão do processo predatório que ocorre em relação à natureza e de como esse processo ocorre também com as mulheres. Conforme Ruether (1992) ao reconstituir algumas conexões simbólicas entre a dominação das mulheres e a dominação da natureza na cultura ocidental é possível encontrar a compreensão dos padrões de dominação e violência destrutiva que trata mulheres e natureza como antes a serem explorados.

Com o objetivo de compreender como a dimensão do ideal de colonização construído e executado por homens se reflete no corpo e na subjetividade das mulheres que acompanharam esta empreitada é que foi proposto este estudo. Ao refletir sobre as vivências ocorridas no projeto de colonização, entende-se que seja preciso rever o entendimento de homens e mulheres enquanto ser social que faz parte e interage com sua história através do modo pelo qual produz a sua existência levando em consideração o contexto onde estão inseridos.

Entendendo que cada pessoa é resultado da cultura que vivencia, as mulheres deste processo de ocupação, possuem a complexidade das intervenções da sua cultura de origem articuladas com as outras que vão compartilhar nesta região de diversidade cultural. Isso de acordo com Beauvoir (1970) a condição feminina não é determinada apenas pelo biológico, mas é preciso levar em consideração o contexto ontológico, econômico, social e psicológico para que sejam esclarecidos os dados da biologia. Isso se evidencia no fato de que a sujeição da mulher à espécie e os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; assim como o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo.

Materiais e Métodos

Este ensaio é parte de uma pesquisa que estudar mulheres que participaram do processo de ocupação da região norte de Mato Grosso, também denominada Amazônia Mato-grossense. Para este ensaio foram utilizadas entrevistas com duas mulheres que residem nos municípios de Alta Floresta e Colíder, e que tem como profissão a docência e o trabalho na agricultura.

A pesquisa de campo foi dividida em duas etapas, sendo na primeira destinada a uma vivência preliminar para descrever as histórias das mulheres. Nesta etapa foi realizada uma

observação participativa, com base no método etnográfico, primando por uma descrição do ambiente em conexão com a vida das mulheres. Conforme Geertz (1989), a etnografia é o método que possibilita a interpretação das culturas. Assim sendo, coube ao pesquisador não apenas descrever acontecimentos sociais, comportamentos, etc., mas interpretá-los dentro do contexto em que se encontram, de maneira que façam sentido a alguém que esteja à parte dessa sociedade.

Para a segunda etapa foi elaborado um roteiro para a coleta de dados baseado na primeira etapa descritiva sobre os conhecimentos obtidos na vivência realizada com as mulheres. No que diz respeito à coleta de dados foi utilizado o método participativo que de acordo com Thiollent (2011) remete não só a necessidade de envolver diretamente os grupos sociais na busca de soluções para seus problemas, mas também de promover maior articulação entre a teoria e a prática. O que segundo Morin (2004) gera uma prática capaz de produzir novos saberes. Deste modo as entrevistas realizadas abordam temas como: origem, rota de migração, primeiros anos de vivências na Amazônia, relações e interações com homens, natureza e outras mulheres, expectativas dos tempos de chegada e atuais, avaliação das suas vidas no contexto atual, percepção de natureza, e temas como liberdade, sexualidade, maternidade e casamento, perspectivas futuras.

As entrevistadas foram selecionadas com base em dois critérios: residir na Amazônia Matogrossense e estar disposta a contar suas histórias de vida. As entrevistas ocorreram nas suas casas, pois além de contar suas histórias também fizeram questão de mostrar as suas moradias, jardins e outros objetos que significavam as suas falas. Como o roteiro era flexível, durante a sua execução ocorreram algumas mudanças, mantendo apenas dois critérios observados: o relato das histórias e a necessidade do registro. Não foi delimitado tempo, entretanto as entrevistas duraram cerca de seis horas, havendo as interrupções necessárias.

Os dados obtidos foram analisados com base na temática em estudo e nas leituras sobre objeto de pesquisa, notadamente as relativas a uma interpretação etnográfica da pesquisa. Assim para a análise dos dados foi realizada a combinação detalhada dos comportamentos, seus significados no dia-a-dia de interação social, partindo do contexto social maior em que este comportamento está inserido. Os nomes utilizados são fictícios preservando a identidade das entrevistadas embora as mesmas houvessem autorizado o uso dos dados.

Resultados e Discussões

Os resultados aqui apresentados se respaldam na garantia do espaço de fala das entrevistadas, colocando a autora no papel de interlocutora que ouve, organiza e apresenta os relatos, levando em consideração o contexto das entrevistas, pois as histórias contadas estão articuladas com os objetos, cenários e tempos. De acordo com Mattos (2001) não se pode levar em consideração somente a comunicação ou interação imediata da cena observada, mas é preciso também levar em consideração a relação entre esta interação e o contexto social maior, a sociedade onde o contexto se insere. De este modo, os capítulos a seguir, vão abordar os seguintes aspectos: cenário, deslocamentos, trabalho e permanência.

O lugar das mulheres

A professora nos recebeu em seu ambiente de trabalho e depois em sua casa. Símbolo de suas conquistas a escola, que já foi a sua primeira casa é um local muito interessante, pois guarda vestígios dos primeiros anos de moradia em que era compartilhada com muitas pessoas que chegavam à região. Neste espaço eram acolhidas as pessoas, que muitas vezes se dirigiam para o projeto sem um local para morar e enquanto construíam suas casas ficavam ali hospedados. Isso porque o seu esposo na época era funcionário da empresa colonizadora e como fazia parte do seu trabalho mostrar as terras, eles acabaram se tornando uma referência.

Entretanto mais tarde como fora seduzido pelo garimpo, onde perdeu a vida, abandonou o emprego e aventurou-se na busca do ouro. Além da relação marital já estabelecida antes da colonização, a professora vai falar da sua relação com o colonizador. Os seus gestos e sentimentos ao se reportar a ele denotam o grau de dependência das mulheres que ultrapassa as relações familiares. Isso pode ser observada na sua descrição do momento em que o colonizador faz a doação de uma área de terra para construção da escola.

Ele perguntou se eu havia me esquecido ou se eu quis deixar

para assinar o projeto lá na frente dele, na presença dele. Aí a gente riu e tal, aí eu disse que não. Ele disse: Foi melhor assim porque agora você assina aqui na minha mesa. Aí eu fui pegar a caneta da mão dele e quando ele foi me dar à caneta, eu senti tanta gratidão por ele que eu peguei e beijei a mão dele. Quando assinei, e fui devolver a caneta para ele, ele beijou as minhas duas mãos e aí aquele gesto assim para mim, e eu pensei: Meu Deus, como pode? Ele está me dando 4.000 metros de terras. Ele ter esse gesto. Achei muito carinhoso por parte dele. Era uma pessoa muito atenciosa, muito, muito atenciosa; muito caridosa, e também e ele valorizava e muito as pessoas (Antonia, Alta Floresta-MT, 2016).

Nesta fala está evidente o processo de colonização que promoveu a submissão da mulher, que neste caso é entendida como uma condicional do aporte financeiro. A gratidão pelo bem material não a deixa compreender toda a questão que envolve o seu papel no sucesso do projeto do outro. A análise desta forma de violência, na qual apesar da sua condição de executora, a mulher se vê como subalterna e por isso imensamente grata pela “generosidade” do outro se justifica nos aspectos abordados pela tendência de estudos via entendimento do processo de descolonização das mulheres conforme proposto por Gómez apud Miñoso et. al (2014) pois a descolonialidade¹ deve evitar qualquer tipo de essencialismo² e idealização dos sujeitos sociais. Esta teoria deve contribuir na construção de outras práticas políticas e outra visão de mundo, deve fazer um esforço para ter olhares e leituras da realidade que de conta de sua complexidade.

Essa situação se repete com a agricultora, cuja entrevista se iniciou na sua residência que se localiza no perímetro urbano. Apesar de ter esse endereço, pois já é viúva e mora sozinha, mantém sua propriedade rural, onde nos dirigimos para realizar a entrevista. Durante o deslocamento ela anunciava cada propriedade, cada objeto, cada árvore rememorando as histórias que ali se passaram nos 42 anos de vivências. Sua fala, ainda que não identifique uma cena de recompensa atribui ao seu companheiro o mesmo sentimento de gratidão como se a conquista não fosse sua e sim recebida do outro.

Sim, sim e muito as vezes eu paro e fico pensando lá no sofá. Graças a Deus e ao Tita (esposo) porque que sem ele, se eu não tivesse tido um homem como ele honesto e trabalhador não ia ter nada. Eu vejo tantas mulheres que trabalhou que nem eu, ou mais e hoje está morando numa casinha de aluguel e vivendo com um salário. Isso porque o marido não soube dominar, não soube fazer, não soube realizar com aquilo que trabalhava. Porque não adianta nada filha, você ganhar muito e gastar muito e não guardar nada. Então porque nós era

¹ Descolonialidad – De acordo com Breny (2010), desde la propuesta política de la (des)colonialidad del ser y del saber que Anibal Quijano produce como matriz del conocimiento/poder de los pueblos indígenas y afrodescendientes en América latina, se plantea la colonialidad del género como una nueva episteme que nos permita comprender las vidas de las mujeres de color latinoamericanas. Para nosotras se trata de complejizar este pensamiento tomando al género como objeto de análisis y así construir un pensamiento que parta del borde entre la episteme occidental y las epistemes de los pueblos colonizados, e instale a América latina y los llamados países del Tercer Mundo como lugares legítimos de enunciación no pretendidamente universales. Por consiguiente, tres conceptos se tornan fundamentales en el proceso de aprendizaje como herramientas analíticas del pensamiento decolonial, esgrimidos tempranamente por Quijano y Dussel, y luego por el Programa Colonialidad/Modernidad, son tres los niveles en que opera la “lógica de la colonialidad”: del poder (economía y la política); del saber (epistémico, filosófico, científico, relación de lenguas y conocimiento) y del ser (control de la subjetividad, sexualidad y roles atribuidos a los géneros).

² Essencialismo é um termo regularmente associado a posições reacionárias em filosofia política, em particular pelas feministas que criticam, corretamente, certas tentativas de apontar para uma causa universal, trans-histórica ou necessária da constituição da identidade de gênero ou do patriarca. As expressões essencialismo biológico e essencialismo social veiculam idéias nefastas e perigosas, pressupondo que as pessoas são como elas são, sem ter o poder de mudar nada ou de escolher de serem diferentes, em virtude dos genes que herdaram ou da classe social a qual pertencem. Este essencialismo é assim considerado, hoje, como uma causa (ou um componente) do racismo, do sexismo e da homofobia (LAURETIS, 1989).

assim. Eu trabalhava e ele sabia dominar. (Maria, Colíder-MT, 2016).

Das chegadas e partidas

Apesar de terem locais de nascimento diferentes, a professora em Itapecerica-MG e a agricultora em Mar Vermelho-AL, ambas têm o mesmo ponto de partida: o estado do Paraná. Essa ocorrência se deve ao fato de que esta foi uma região que recebeu migrantes de todas as partes do Brasil. Como já haviam logrado a experiência de viver em terras distantes da sua origem e também de enfrentar as dificuldades para ter uma terra tornavam-se qualificadas para a nova proposta, muito mais atrativa pelo tamanho da terra. Era para estas pessoas que as colonizadoras direcionavam as propagandas de venda de terra por entender que ali existia o perfil ideal de pessoas capazes de permanecer e desenvolver a região expandindo a fronteira agrícola.

Procurando trazer para o projeto um colono que já estivesse acostumado a todas essas adversidades e dando a ele algumas condições básicas de sobrevivência ele permaneceria no projeto. Como já tinham vivido o processo de colonização do Norte do Paraná poderiam comparar e ver que ali poderiam ter muito mais vantagens, tais como o aumento da terra e o apoio do governo (ROSA, 1999).

Entretanto os primeiros a serem conquistados eram os homens e não raro eram eles a visitar os projetos sozinhos ou acompanhados de outros para conhecer e adquirir as propriedades. As mulheres e os filhos vinham junto da mudança e quando já estavam na região não havia para elas a opção de recuar. Estava dada a situação em que para as mulheres não restava escolha a não ser de acatar a decisão do marido. As mulheres, de acordo com a concepção patriarcal, têm o dever de cuidar da casa, dos muitos filhos e do marido. Já o homem possuía uma espécie de certificado de propriedade da mulher, que era tratada e vista como um negócio, uma coisa. Assim “a mulher também não podia trabalhar fora de casa e vivia presa ao marido e a sua moradia, só podia sair de casa com a sua autorização ou acompanhada por ele” (OLIVEIRA, 1990).

Mesmo que as mulheres tivessem momentos de desespero com as restrições a que eram submetidas, acabavam aceitando a nova morada como condição para a manutenção da relação matrimonial e conseqüentemente dos laços de família. Seguindo a premissa de que a esposa deve sempre acompanhar o marido, elas procuravam espaço para desenvolver as suas atividades e cuidar dos filhos e do esposo mantendo a unidade do lar.

De acordo com a cartilha da cidadania (2008) homens e mulheres têm os mesmos direitos e deveres pela lei brasileira. Ambos têm a mesma importância para a formação da família ao contribuírem financeira, moral e espiritualmente para o bom desenvolvimento da relação amorosa e do crescimento dos filhos. Marido e mulher devem ser fiéis um ao outro, viver sob o mesmo teto, amparar o outro sempre que possível e, ainda, devem ser responsáveis pelo sustento, amparo e educação dos filhos.

Bom, antes quando o meu marido falava de vir para o sertão, porque falava em sertão que era um bicho de sete cabeças né. As críticas que você ouvia era que, você ia ser chiclete de onça e que você ia acabar virando bicho também, eram coisas horróras. Então eu falava que se ele quisesse vir, teria de ser sozinho. Com isso se passou alguns anos, dizendo vai ou não vai, até que ele disse: eu vou. Quando o meu marido tomou essa decisão de vir é porque as ofertas daqui estavam muito boas, e aí ele tomou coragem e veio e eu fiquei lá. Ele veio em julho e nós viemos em janeiro, porque eu era professora lá e precisava terminar o ano letivo. E as crianças estudavam também. Ele veio para cá e a gente ficou lá, assim a saudade foi apertando né, não tinha telefone, era só carta trazidas pelas pessoas que vinham aqui. Elas traziam meus jornais e levavam

os dele, com isso foi fazendo que ele me contasse mais de Alta Floresta, para eu ir me acostumando e para ver se dava para trazer a família ou não. Mas como estava sentindo falta dele eu acabei me convencendo de que deveria vir, porque não era tão feio assim como parecia (Antonia, Alta Floresta-MT, 2016).

Como os seus companheiros seguiam na frente, a elas e os filhos, não restava alternativa, a não ser seguir o projeto dos homens, ainda que tivesse uma profissão. Para a esposa que tinha muitos filhos e uma família considerada estruturada, tendo na figura do homem o provedor a decisão já estava tomada, conforme o relato da agricultora.

O primeiro ano aqui não deu pra fazer nada porque nois chegemo e os homens não entregavam o lote que foi proposto na compra. A gente pensava que era chegar e já derrubar a mudança no lote. Mas quando nois chegemo aqui nois fiquemo acampado onde hoje é o hospital. Nois posemo ali era só um cercado com chão bruto. Dali no outro dia foram levar nois lá na beira do rio Carapá. Até lá tinha um trio, depois não tinha mais nada. Tinha só uma maquina preparando o lugar pros homem levantar os barracos que eles falavam que era provisório e nois fiquemo quatro meses no barraco. A lona se acabou, os móveis que a gente trouxe também foi estragando. As mudas e as sementes que a gente trouxe estragou. Quando nois saiu de lá o arroz de plantar tinha nascido e já tava grande e as mudas de café também já não dava mais pra plantar. Nos chegemo em julho e saímos de lá nos fim de novembro e daí já começou a chuva e nem deu pra derrubar naquele ano (Maria, Colíder-MT, 2016).

Diante das dificuldades as mulheres relatam que encontraram solidariedade entre as elas, como neste caso que foram obrigadas a permanecer em barracas de lona a espera da abertura da estrada de acesso até as propriedades.

Não raro os filhos ficavam sem acesso a escola e havia todo tipo de restrição ao fornecimento de alimentos, já que as distancias eram imensas e não havia o cultivo de grãos ou produção de carne no local. Também o fornecimento era escasso devido à distancias a serem percorridas para transporte de mercadorias. Os serviços de educação e saúde eram básicos, assim as mulheres que estavam em idade fértil passavam a se constituir em grupos de risco não só pelas inúmeras doenças tropicais desconhecidas, como também por não terem hospitais para o nascimento dos filhos. Além disso, havendo a possibilidade de ataques de animais selvagens, normalmente as armas eram carregadas pelos homens que adentravam na floresta, deixando a mulher e os filhos contando apenas com a proteção do abrigo: uma casa de construção frágil (madeira, lona e palhas) que tampouco oferecia qualquer segurança.

Na cidade a situação não era diferente, o serviço de saúde não contava com profissionais habilitados, em assim sendo qualquer pessoa exercia a função tanto da área de saúde como da área de educação. Entretanto pouco se fala destes problemas, o que mais se evidencia nas falas das mulheres é o fator alimentação e moradia que normalmente era precário e estava em um cenário desconhecido.

Quando nós chegamos, essa casa estava em construção ainda, mas ela já estava coberta. (pausa) não ela não estava coberta, mas ela já estava levantada. Mas ai não tinha como ficar. Essa casa foi a primeira a ser construída nessa rua D-2. E aí quando nós chegamos a do compadre Ironides já estava pronta e a nossa estava nessa fase. Então nós ficamos num barracão de compra de cereais lá na industrial e que até hoje, que era do compadre Ironides. Era cerealista e vendia materiais de construção, então lá tinha cal, cimento, ferragens e também

arroz que ele comprava, ficava tudo lá. Nós moramos vinte e cinco dias nesse barracão, até a casa terminar de ficar pronta. Eu e a minha irmã morava junto com nossas famílias nesse barracão que vendia material de construção, recebia os cereais e abrigava duas famílias. A gente dividia os cômodos pelos móveis, os guarda-roupas. E aí quando chegava uma carga de cimento e descarregava subia aquele pó de cimento por cima das camas, por cima dos guarda-roupas. Chuva quando chovia assim, olha era 24 horas sem parar. Mas tinha muito mosquito que se você saía, já tinha que pôr calça comprida e camisa de manga se não o teu braço ficava pretinho. A água era de poço, tirado com o balde, para lavar roupa lá fora. Mas era tudo muito improvisado, a alimentação nesses primeiros meses, foi com alimentos que nós trouxemos de lá, mas aí por mais que você economizava, a comida ia acabar, e quando acabasse a coisa pegava. A gente trouxe muita carne enlatada, salame. Mas chegou uma hora que acabou porque quando eu vim a minha irmã já estava aqui há um mês, e o que ela trouxe já tinha acabado, e aí tive que dividir (Antonia, Alta Floresta-MT, 2016).

Com estas dificuldades em relação aos alimentos as mulheres logo começaram o cultivo das hortas e o plantio de espécies frutíferas. Além disso, era escassa a mão de obra e assim todas de alguma forma tinham que trabalhar para auxiliar nas despesas, pois devido às distâncias o custo de vida se tornava oneroso.

Um dia conversando com o motorista do ônibus que vinha pra aqui pro sertão, vinha conversando sobre a vida, sobre trabalho, essas coisas. Ele falou: D. Maria a gente primeiro planta o milho pra depois fazer o fubá, pra depois fazer o angu e o angu precisa mexer bem pra poder cozinhar não é. E isso é a vida de vocês aqui. Vocês têm que lutar e ficar em cima. Eu concordei com ele, ele tá muito certo. Essa é a verdade, agora na primeira dificuldade você sai correndo. Se faz isso então você perde tudo. A terra estava aqui, meu marido tava aqui e eu ia ficar onde? Eu tinha era que trabalhar com coragem (Maria, Colíder-MT, 2016).

O trabalho como aliado

No início o trabalho, dentro ou fora de casa, ainda que fosse para exercer atividades consideradas permitidas para as mulheres, como o cultivo e o preparo dos alimentos para serem comercializados, as funções de professora e enfermeira e em poucos casos de vendedoras que na maioria das vezes era a venda de produtos em catálogos, necessitava da concordância e apoio do marido.

Vencendo a barreira do preconceito, a necessidade tornava cada vez mais presente a figura da mulher que passava a exercer muitos papéis fora de casa o que gerou nas mulheres um sentimento de independência financeira atrelado a possibilidade de trabalhar na cidade, enquanto os homens permaneciam na zona rural, seja para a agricultura ou para o garimpo. A mulher passa a sustentar a casa e cuidar dos filhos enquanto o marido cuida do sonho de enriquecer.

Eu achava que trabalhava, agora trabalhar mesmo foi aqui (risos) aqui é que eu senti o gosto e o peso do trabalho. Quando nós chegamos em Alta Floresta nós tínhamos 3 filhas pequenas e eu trabalhava de manhã, de tarde, e a noite. Empregada era muito difícil de arrumar era uma semana ou duas. Aqui eu trabalhava os três períodos e ainda lavava, passava, cozinhava, limpava, fazia tudo, era muito trabalho.

Isso foi assim durante vários anos e depois os trabalhos aumentaram mesmo depois que fundei as escolas. Até então eu trabalhava, ia lá prestava serviço e vinha embora e acabava arrumando um tempo para fazer os meus afazeres de casa. O trabalho triplicou e hoje para mim, por exemplo, eu não tenho sábados, domingos, feriados e não tenho hora também. O trabalho para mim em Alta Floresta é o que dá sentido e significado para viver. O prazer, a experiência adquirida e até mesmo o resultado financeiro adquirido com o trabalho é tudo o que eu tenho agora. (Antonia, Alta Floresta-MT, 2016).

Essa jornada de trabalho passou a garantir para além das necessidades básicas e assim as mulheres começaram a investir tanto nos negócios da família, como a compra de terras, animais e implementos, quanto na melhoria da moradia. Enquanto isso os investimentos mais arriscados como os experimentos agrícolas e a exploração do ouro têm oscilações e normalmente foram acessados por poucos.

Essas mulheres, para além de desempenharem uma atividade no meio público, cuidam da educação dos filhos e acumulam afazeres domésticos. Dados da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2000, divulgaram os seguintes dados: Em 2000, o Brasil tinha 86,3 milhões de mulheres que, representavam boa parte da força de trabalho no país; acumulavam tarefas e passaram a chefiar um maior número de domicílios. O 7 aumento da chefia entre as mulheres refletiu diretamente no rendimento familiar, cuja contribuição feminina cresceu quase 56% no último Censo. Na comparação com os homens, as mulheres chefiavam domicílios com melhores condições de saneamento básico; eram mais escolarizadas; viviam mais e representavam a maior parcela entre a população idosa no país. (BARROS, 2014)

Para além do papel financeiro, como estavam isoladas de tudo, as mulheres desenvolveram um vínculo familiar com o trabalho e não raro era possível observar que também as relações sociais estabelecidas nestes espaços garantiam a sua produtividade ao extremo de estar no trabalho em jornadas que se prolongavam pelos finais de semana e feriados.

Eu gosto muito porque, eu acho que eu sou uma professora que nasci professora e sou assim, eu tenho o dom de educar, eu gosto de educar e eu então, tenho essa aptidão, eu acho que sou uma educadora, embora eu ainda tenha muito o que aprender. Mas eu me considero uma educadora, porque eu não visio só o lado financeiro, se eu visasse só o lado financeiro, eu largaria a escola pública e me dedicava só as minhas escolas porque é muito mais rentável. Eu não faço isso porque tenho muito amor pela escola pública, sei que lá precisam muito mais de mim do que até na minha própria escola. A minha escola precisa de mim assim no sentido de ela crescer, de administrar e tal, mas remunerando bem consigo ótimos professores para trabalhar na minha escola. Mas eu quero continuar lá porque a criança da rede pública é muito carente e precisa ser ouvida, atendida sabe. Eu gosto de estar com eles e atender bem eles, então o trabalho na educação pública tem um valor muito grande, um valor humano, a relação humana, o estar próximo do próximo, agora, sem contar os colegas de trabalho, eu me identifico muito e gosto de estar com eles, tenho uma relação muito boa com eles. Esse ambiente é como ter outra casa (Antonia, Alta Floresta-MT, 2016).

Segundo Lipovetsky (2007), as exigências do mercado de trabalho impõem à mulher o exercício de auto superar-se, excedendo limites e muitas vezes se impondo modos rígidos consigo mesma, isto, na tentativa de ser reconhecida como um ser presente neste mercado. A partir dessa tomada de consciência do trabalho como essência, a mulher, passa a reconhecer a possibilidade de aplicar todo o seu potencial e habilidades criativas na sua especialização para exercer o trabalho visando assim um melhor desempenho na execução das tarefas que lhe são atribuídas.

Porque no meu tempo era uma obrigação, era um dever a pessoa trabalhar. Se veja uma dona de casa, por exemplo, era a obrigação dela cuidar da casa, dos filhos. Menina eu mesmo cozinhava pra dez, doze peão, levava os filhos pra escola, eu lavava os litros de leite, eu nunca fiquei sem uma horta boa, nunca fiquei sem ter minha horta. Eu quando via uma semente de fruta ou de verdura primeiro eu plantava nas minhas latas de flor e depois eu plantava no chão. Tinha vez que o pé da planta era aqui e eu aguava ali de tão escuro que tava. A turma ia pra mangueira tirar o leite e eu pegava o balde e ia com a caneca em todos os pés daquelas plantinha. Tinha muita planta esparramada pelo quintal, mas eu consegui, eu formei e ficou bem formado. Aqui quando eles tinha muda lá na EMPAER, eu vinha e comprei um carrinho de carregar mudas. Cheguei lá e perguntei pro Tita o que você vai plantar ali na frente. Ai ele disse: ah! Eu vou plantar cana, não sei o que, não sei o que lá. Eu esperei uns dia e ai falei pra ele: você não vai plantar nada não. Ai ele disse: eu vou pensar no que vou plantar ali. Então eu chamei meu filho e mandei passar o trator ali e esquadrear tudo e deixar pronto. E falei pra ele: vai cuidando ai que eu vou lá na cidade. Vim peguei o carrinho e fui lá e comprei as mudas e levei e plantei. Mas quando começou a dar era a coisa mais linda aquelas laranja pêra, era de tudo que é qualidade e era uma coisa muito bonita viu. Então pra mim trabalhar é uma obrigação, é um dever de você fazer, porque se você tem que ter produção, tem que produzir (Maria, Colíder-MT, 2016).

A decisão de ficar

As duas mulheres que foram entrevistadas e que vieram para este espaço acompanhando os seus esposos já estão vivendo sozinhas, pois ficaram viúvas e seus filhos todos já estão casados. Ainda que tenham uma situação financeira estável e não precisassem mais trabalhar continuam a desenvolver as suas atividades. A professora está aposentada na escola pública e suas filhas administram as escolas, mas ela acompanha os trabalhos atuando como supervisora. A agricultora continua a cuidar da produção da sua propriedade exercendo mais o papel de negociação da produção.

Quando questionadas sobre a sua permanência na região elas afirmaram se recusar a pensar sobre esse assunto, pois a seu ver partir deste lugar onde está todo o seu trabalho e pode contar com a presença dos filhos seria impossível.

Eu tive assim mil motivos para ir embora daqui, por exemplo, quando aconteceu a morte do meu marido... Eu vim pra cá por causa dele, porque ele queria que eu viesse, então vim, tive um motivo para vir né. Ai comecei a gostar muito, vi que não era aquilo que ele falava, que era muito melhor e com isso eu aprendi a gostar. Mas ai quando tudo aconteceu tive assim... muitos motivos para ir embora, pra não querer mais ficar aqui. Mas apesar de eu sofrer muito, talvez até hoje, mas a dor já é mais tênue. Depois de todos esses anos, então é uma vida, uma vida; e apesar de ter perdido o meu marido não queria ir

embora porque ele estava aqui, pra mim ele estava aqui. Mas o que me segura é porque eu gosto realmente daqui e tenho tudo isso que te falei: lotes urbanos, lote na zona rural que ele deixou e tenho essa escola aqui, pensa bem foi uma coisa que eu ganhei e a outra que eu comprei junto com meu marido. Eu aprendi a gostar daqui e eu acho que lá fora é muito bom pra você ir passear e tal, e voltar porque as minhas raízes estão aqui, o que eu tenho esta aqui. Os bens que nós adquirimos juntos e que foi aquela troca assim de trabalho, de economia pra adquirir, estão aqui. E depois os amigos, enfim está tudo aqui mesmo (Antonia, Alta Floresta-MT, 2016).

De acordo com Freire (2005) o protagonista de sua história busca entender seus diversos papéis sociais. Neste sentido a mulher vai procurar no ser esposa, mãe e profissional o entendimento do sentido do seu processo de vida. Ela abre sua existência para se inserir e estar no mundo como um ser de possibilidades que é sempre um devir, reconhecendo-se nesta construção, pois é sabido que o ser se estabelece na relação com, ou seja é e sempre será um ser-com. Sendo assim, a mulher ao apresentar-se ao mundo, retirando-se do lar como condição única para sua existência, se projeta e se estabelece na relação com os outros e consigo, colocando-se na condição de ser um ser-no-mundo, podendo transitar entre o meio privado para o meio público, ou até mesmo permitir-se vivenciar qualquer outra possibilidade.

Pra mim significa tudo porque além de ser legal, eu tenho a minha família toda aqui. Pra mim é tudo porque eu mesmo como mãe eu só me sinto bem com a minha família. Eu tendo a minha família, meus filhos, filhas, netos e bisnetos; genros e noras porque faz parte né, se você não gosta deles prejudica os filhos. Se você não gosta da nora o filho não vem na tua casa. Eu sou assim se você chegar e falar olha dona Maria eu tenho tudo de bom pra senhora, mas a senhora não pode dar a seus filhos. Então eu digo olha minha filha você pode guardar por que isso não serve pra mim. Então se eu to aqui com meus filhos aqui pra mim é tudo, tudo aqui esse norte do Mato Grosso. Porque aqui é onde eu me reencontrei e eu posso dizer eu to firme, a minha família ta firme. Todos têm seus espaços, quem quer trabalhar de empregado tem serviço. Se quer trabalhar por conta própria tem. Eu tenho neto que ta trabalhando em fazenda tomando conta de gado. Tem outro que trabalha por conta própria, ele entrega leite na cidade. Mas eles trabalham assim em fazenda porque esse foi o ramo do avô, do bisavô e agora ta sendo dos netos e aqui tem espaço e a pessoa que disser que aqui não tem espaço é porque não quer trabalhar. (Maria, Colíder-MT, 2016).

O vínculo com a terra e as pessoas sedimentam uma relação construída sob o signo do sucesso pelo crescimento econômico, mas também pela possibilidade de manter a família na mesma atividade. Por isso se torna impossível para as mulheres deixarem o lugar das suas vivências, pois foram marcadas neste contexto como a esposa e mãe que articula e garante a união da família, ainda que não se reconheçam como tal e que atribuam a conquista aos seus companheiros.

Considerações Finais

A possibilidade de ouvir estas mulheres relatando a suas vivências em terras Amazônicas, desde a sua atitude passiva, mediante a qual é levada junto com filhos e pertences para um lugar que sequer conhece até se tornar protagonista das suas próprias histórias, retrata um processo muito complexo que é identificar como as violências cotidianas são feitas e sacralizadas de forma a serem aceitas por uma cultura. Não há uma figura opressora definida, assim todos que tem um pouco mais de poder na tomada de decisão acaba por anular a figura do outro que se submete. E

com certeza não há maior violência do que aquela que é aceita e acatada pela vítima que incorpora o discurso do opressor.

Diante das histórias dessas mulheres nota-se que estas venceram os seus próprios limites por necessidade ou porque incorporaram os projetos dos maridos. Esta é a geração de mulheres que transitam entre a dependência e a independência dos homens, mas tem sobre si o pesado fardo da cultura patriarcal. Penso em quem seriam essas mulheres se não estivessem neste espaço e o que teriam feito se os maridos as tivessem abandonado para seguirem os seus sonhos, como acontece com tantos outros trabalhadores migrantes no Brasil.

Ainda que elas tenham deixado os seus corpos, suas lágrimas, seu trabalho impregnado nesta terra e colhido os resultados de forma extremamente humilde em termos de reconhecimento é visível um contentamento que se recusam a não dividir com seus esposos. Agora, mesmo que estejam por longo tempo vivendo sozinhas e saibam da sua força e autonomia permanece levando em frente o sonho dos seus companheiros enaltecendo-os e demonstrando toda a sua gratidão passando o legado aos descendentes, como se fora apenas coadjuvantes da história que protagonizam.

Referências

BARROS, J. N. de; ROCHA, M. M. da S. Mulher, Mãe e Profissional: uma breve discussão sobre o reflexo dessas escolhas no modo de ser mulher. UNILESTE, 2014. Centro Universitário do Leste de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.unilestemg.br/kaleidoscopio/artigos/volume2>>. Acesso em: 10 de junho de 2016.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Trad. de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BECKER, B. K.. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência**. Parcerias Estratégicas 200112:135-159.

BECKER, B. K.. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados 19 (53): 200571-86.

BUBER, M. **Eu e tu**. Trad. Newton A. Von Zuben. 8 ed. São Paulo: Centauro, 2004.

CARTILHA DA CIDADANIA. **Fórum Permanente de Educação e Segurança Pública**. Ministério Público do Estado de São Paulo e Câmara Municipal da Estância de Atibaia. Atibaia-SP. Setembro de 2008.

CHARTIER, R. et al. A comunidade, o Estado e a família. Trajetórias e tensões. In: ARIÈS, P. & CHARTIER, R. (orgs.) **História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes**. V. 3. São Paulo: Cia de Letras, 1991, p. 407-617.

CONCEIÇÃO, A. C. L. da. Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. RBSE 8(24): 738-757. Dez. 2009, ISSN 1676-8965. João Pessoa-PB, 2019. Disponível em:<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Conceicao_art.pdf>. Acesso em: 22 de outubro de 2015.

DIEGUES, A C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ESPINOSA MIÑOSO, Y.; CORREAL, D. G.; MUÑOZ, K. O. **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán:Editorial Universidad del Cauca, 2014.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. **Acta Amazônica**. Vol. 36(3) 2006: 395 – 400.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**, Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.
- JODELET, D. Representações Sociais: um domínio em expansão, In: JODELET, D. (org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- LAURETIS, T. de. The Essence of the Triangle or, Taking the Risk of Essentialism Seriously: Feminist Theory in Italy, the U. S., and Britain. *Differences* 1(1), 1989, p.5.
- LIPOVETSKY, G. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MATTOS, C. L. G. de. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- MENDOZA, B. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano. In: ESPINOSA MIÑOSO, Y. (coord.): **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano**. Buenos Aires: En la frontera, 2010.
- MICHALSKI, F., NORRIS, D., PERES, C.A. 2010. No return from biodiversity loss. *Science*, 329(5997), 1282.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- OLIVEIRA, J. L. **Direito de Família: direito matrimonial**. Porto Alegre: Fabris, 1990.
- ROSA, R. D. **A constituição da escola como espaço de formação do colono do norte Mato-grossense – Alta Floresta 1976 a 1996**. Curitiba, 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) Setor de Educação, UFPR.
- RUETHER, R. Envisioning Our Hope; Some Models of the Future. In: **Women Spirit Bonding**, New York: Pilgrim, 1984, pp. 325-335.
- SANTOS, J. B. dos. Novos Movimentos Sociais: Feminismo e a luta pela igualdade de Gênero. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, n. 9, p. 81-91, fevereiro/2011.
- VIEIRA, P. F. In: UFSC. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Recebido em 15 de junho de 2016
Aprovado em 31 de agosto de 2016